



A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA

THE AGRICULTURAL ISSUE IN BRAZIL: A HISTORICAL AND SOCIOLOGICAL APPROACH

LA CUESTIÓN AGRÍCOLA EN BRASIL: UN ENFOQUE HISTÓRICO Y SOCIOLÓGICO

Maxmiliano Martins Pinheiro¹

e453164

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i5.3164>

PUBLICADO: 05/2023

RESUMO

O artigo tem como finalidade uma análise do problema agrário no Brasil, tendo como ponto de partida a consolidação material das elites no campo, e os agravantes que resultaram desse modo de produção econômica para a sociedade e para a vida política brasileira. Para compreender esses problemas decorrentes do comportamento das elites agrárias brasileiras, será analisado primeiramente como essas elites estabilizaram a vida material, observando o processo de colonização e o sentido escravista conferido à organização de trabalho no Brasil. Em seguida, serão ressaltados os impasses sociais ainda presentes na realidade brasileira como resultado do atraso das elites rurais, destacando a concentração monopolista da propriedade, o ressurgimento de relações coloniais no nosso capitalismo e a ausência de uma política voltada para a reforma agrária. Por fim, será abordada a ingerência das elites brasileiras nas políticas agrárias propostas por governos com inclinação social, uma vez que elas relutam em abraçar um projeto modernizador de Estado que enfrente a questão agrária.

PALAVRAS-CHAVE: Problema agrário. Origem. Decorrências sociopolíticas

ABSTRACT

The article aims at analyzing the agrarian problem in Brazil, starting from the material consolidation of our elites in countryside, and the aggravating factors that resulted from this economical production mode. To understand these problems arising from the Brazilian elite behavior, it will be analyzed first how these elites established the material life, observing the process of colonization and the slavery sense given to work organization in Brazil. Then, the social deadlocks still current in Brazilian reality will be highlighted as resulting from backwardness of rural elites, pointing out the monopoly concentration of property, the resurgence of colonial relations in current capitalism, and the absence of a policy inclined to land reform. Lastly, it will be approached the interference of Brazilian elites in agrarian policies proposed by socially inclined governments, once they refuse to embrace a state modernizer project which faces the agrarian issue.

KEYWORDS: Agrarian Problem. Origin. Sociological Consequences

RESUMEN

El artículo tiene como propósito un análisis del problema agrario en Brasil, teniendo como punto de partida la consolidación material de elites en el campo, y el agravante que resultó esa forma de producción para la sociedad y para la vida política brasileña. Para entender estos problemas consecuentes del comportamiento de las elites agrarias brasileñas, será analizado primero como estas elites se estabilizaron la vida material, observando el proceso de colonización y lo sentido de la esclavitud conferida en organización del trabajo en Brasil. En seguida, será resaltado impasses sociales aun presente en la realidad brasileña como resultado del retraso de elites rurales, destacando la concentración monopolística de la propiedad, el resurgimiento de las relaciones coloniales en nuestro capitalismo, y la ausencia de una política dirigida a reforma agraria. Por fin, será abordada la interferencia de las elites brasileñas en políticas agrarias propuestas por gobiernos

¹ IUPERJ (Universidade Candido Mendes).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

con inclinaciones sociales, una vez que ellos se niegan a abrazar un proyecto modernizador estatal frente al problema agrario.

PALABRAS CLAVE: Problema Agrario. Origen. Consecuencias Sociopolíticas

INTRODUÇÃO

Embora os estudos e as discussões sobre a questão agrária no Brasil se desdobraram com mais efervescência a partir da década de 1980 até o momento atual, não se deve negligenciar que os problemas concernentes à formação da elite rural brasileira e ao desenvolvimento do capitalismo no campo já eram ressaltados por importantes nomes da sociologia brasileira na primeira metade do século XX. Por essa razão, o objetivo central desse trabalho é analisar o problema agrário no Brasil, partindo da consolidação da vida material das elites no campo, e os consequentes efeitos deletérios que esse modo de produção econômica rural acarretou para a sociedade e para a vida política brasileira, cujos impasses não foram solucionados até hoje.

Para alcançar o objetivo proposto, esta análise apresenta os seguintes tópicos específicos: primeiramente, será salientada a estabilização da elite rural brasileira com suas debilidades como marco originário dos problemas agrários do país, tendo como referências as obras de Caio Prado Júnior e Oliveira Viana, pois, apesar de configurarem matrizes sociológicas opostas representadas respectivamente pelo marxismo e pelo positivismo, ambas destacam diferentemente o caráter negativo da vida material no campo decorrente do processo de colonização e o sentido escravista que assumiu nossa organização de trabalho.

Em seguida, serão enfatizados os problemas sociais do Brasil em decorrência do atraso das nossas elites agrárias, destacando: a concentração monopolista da propriedade, a resignificação das antigas relações coloniais no capitalismo brasileiro, a falta de iniciativas das elites e do governo diante da reforma agrária e a desvalorização da produção camponesa perante a industrialização dos produtos alimentícios. É nesse objetivo que serão utilizadas as abordagens de Jacob Gorender, José de Souza Martins, José Graziano da Silva e Fernando Antonio da Costa Vieira.

Por fim, será ressaltado que o problema agrário no Brasil influencia concomitantemente a vocação política dos governos brasileiros, uma vez que as elites agrárias, devido a inércia modernizadora do Estado brasileiro, interferem nas políticas agrárias engendradas pelos governos de inclinação mais social, desnortando o livre curso de suas ações. Desse modo, por meio de um recorte histórico, será abordada a condição dramática do ciclo republicano brasileiro, na conhecida "República Populista", dando ênfase ao governo de João Goulart diante da tentativa de consolidar uma reforma agrária no campo. Consequentemente, o suporte teórico dessa pesquisa volta-se para a ciência política através das contribuições de Octavio Ianni, Moniz Bandeira, Marcel Bursztyrn, Francisco Weffort, entre outros. Espera-se assim que essa análise contribua, de acordo com seu referencial histórico e sociológico, para a compreensão acadêmica do problema agrário no Brasil.



A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA COLONIAL E A ORIGEM DO PROBLEMA AGRÁRIO

Na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior, mediante um enfoque marxista acerca do sentido da colonização, enseja explicar o desdobramento da economia brasileira na colônia, em concomitância com a vida produtiva dessa exploração agrária que estava arraigada no trabalho escravo, o que propiciou a consolidação de uma sociedade com uma mentalidade escravocrata mesmo após a abolição. No capítulo intitulado “Vida material”, o autor observa primeiramente que a atividade econômica do Brasil-colônia estava confinada ao fornecimento de produtos ou gêneros tropicais ao comércio europeu e como tal procedimento reverberou na vocação econômica do país, fazendo com que a economia colonial brasileira se organizasse de forma rudimentar destinada à produção e exportação de gêneros alimentícios:

São estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nestas bases se lançou a colonização brasileira, e nelas se conservará até o momento que ora nos interessa. Não há na realidade modificações substanciais do sistema colonial nos primeiros séculos de nossa história (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 123)

Por essa razão, a organização econômica brasileira manteve, durante três séculos que sucederam a colonização, um forte vínculo com a economia da Europa, tornando-se simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Não obstante, segundo Prado Júnior, nossa organização econômica além de ter se reificado numa colônia “visceralmente ligada à economia da Europa; simples fornecedora de mercadoria para o seu comércio” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 123), torna-se também uma “empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas, mas não ainda fundidas na sociedade colonial” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 124). Verifica-se desse modo o sentido colonial da vida econômica do país que tende a se reverberar nas suas futuras atividades, uma vez que se manteve intacta por vários períodos a lógica que preconizava o mero fornecimento de mercadoria para o comércio exterior em consonância com o atraso dos tipos coloniais que gerenciavam a organização econômica brasileira.

Em relação aos elementos constitutivos da produção que moldaram a vida econômica, podem ser distinguidos três: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Todos esses elementos representavam uma mesma unidade produtora em que muitos atores sociais participavam, consolidando assim a grande exploração rural, célula da nossa economia agrária. Tais fatores apontados, apesar de constituírem a base que assenta a estrutura socioeconômica, indicam também o caminho trilhado pela evolução econômica da colônia que assumiu um movimento cíclico em que as fases da prosperidade são acompanhadas de um processo de aniquilamento das áreas exploradas:

Essa evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente o progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia acima analisado. Como vimos, é em bases precaríssimas que ela se assenta. Não constitui



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

infraestrutura própria de uma população que nela se apoia, e destinada a mantê-la; o sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material dela; mas um mecanismo, de que aquela população não é senão o elemento propulsor destinado a manter seu funcionamento em benefício de objetivos completamente estranhos. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 126)

Portanto, essa vocação econômica arraigada somente na produção e exportação de produtos alimentícios para o mercado europeu, que desdenha o seu próprio sistema de produção e distribuição para a subsistência própria, revela suas limitações e impasses em todos os setores da sua atividade produtiva. Sua evolução cíclica já descortina, no período colonial, uma grande indiferença com os fatores ecológicos da terra, visto que o empreendimento em uma nova área descoberta resulta na destruição de outra já explorada.

Desde o princípio da evolução econômica da colônia, a estrutura colonial brasileira encontrava-se ainda composta por uma elite que, segundo as palavras do autor, representava “aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 125). Por outro lado, a grande massa da população, exercendo função escrava ou semelhante, ilustrava apenas uma máquina de trabalho sem outro papel no sistema. Consta-se assim como se potencializa o caráter escravista da organização laboral da colônia.

Uma vez que o termo “elite” assume uma função central nesta análise, cumpre conceituá-lo, pois ele já é mencionado nessa abordagem do sentido colonial da organização econômica brasileira. Não é objetivo deste estudo adentrar na teoria das elites porque o seu objetivo central é ressaltar o problema agrário examinando sua origem e suas consequências. Mas é relevante observar o sentido empregado a esse vocábulo para o entendimento da definição de elite rural brasileira. Primeiramente, de acordo com a leitura de Prado Júnior, o termo elite pode ser definido como um poderoso segmento que assume, na formação econômico-social da colônia, um poder hierárquico a nível local (mais propriamente rural), como também a nível mais central, interferindo nas relações econômicas entre os mais variados grupos (BURSZTYN, 1990). Obviamente no decorrer desta abordagem, o conceito supera essa acepção genérica, configurando segmentos de caráter oligárquicos, isto é, setores representativos das grandes propriedades fundiárias locais vinculadas a modos de produção atrasados que, apesar de patentear um atraso perante culturas econômicas mais dinâmicas, perpetuam sua hegemonia a nível regional, incidindo nos espaços políticos (BURSZTYN, 1990). Como será observado, as elites rurais brasileiras conseguem se acomodar politicamente nas mudanças econômico-sociais por meio da lógica do continuísmo que garante a legitimidade do poder.

A organização do trabalho na colônia, resultante da vida material do Brasil, foi robustamente marcada por uma concepção escravista do labor humano que, durante séculos da nossa colonização, coordenou as atividades econômicas do país. De fato, as ações produtivas foram determinadas pelo tipo de colono europeu que procura os trópicos e nele se instala. Trata-se de um



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLOGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

explorador que empreende no campo uma empresa de grande exploração rural em espécie, consolidando-se como senhor. Essa grande propriedade será estruturada por trabalhadores dependentes sejam eles escravos ou não, que retificará o sistema de organização agrária predominante nos trópicos. Para Prado Júnior, esse sistema de propriedade monocultural será responsável pela introdução do trabalho escravo nas atividades produtoras:

Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não só Portugal não contava população suficiente para abastecer sua colônia de mão-de-obra, como também, já o vimos, o português, como qualquer outro colono europeu, não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado no campo. A escravidão torna-se assim necessidade: o problema e a solução foram idênticos em todas as colônias tropicais e mesmo subtropicais da América (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 120).

Observa-se assim que o trabalho escravo fora empregado para suprir as necessidades da metrópole lusitana que não tinha capital populacional para ocupar sua colônia e que não queria que o português emigrasse para os trópicos. Dessa forma, a escravidão nasce da concepção que reifica a pessoa humana a um simples objeto descartável que seja simplesmente usado para que os grandes proprietários cumprissem uma meta econômica. A organização econômica da colônia desenvolveu-se então, conforme sua grande unidade produtora de caráter agrícola, minerador ou extrator, que exigia um extensivo contingente de mão-de-obra subalterna aos interesses desses proprietários. Tal mão-de-obra era composta de:

...um número relativamente avultado de trabalhadores subordinados sob as ordens e no interesse do empresário. É isto que precisamos sobretudo considerar, porque é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial. Concentração de que a presença na população de 30% de escravos, e mais outra porcentagem ignorada, mas certamente avultada, de indivíduos desprovidos inteiramente de quaisquer bens e vegetando num nível de vida ínfimo, constituem a consequência mais imediata, ao mesmo tempo que um índice seguro daquela organização econômica do país. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 122-123).

Pode-se assim inferir que o processo de coisificação da massa trabalhadora, constituída de escravos e de outros indivíduos subalternos, enrijeceu-se, conforme foi colocado anteriormente, na necessidade da produção de riqueza que confinava a economia colonial, mas também na própria desvalorização absoluta desses trabalhadores que viviam sob condições demasiadamente desumanas, já que eles eram destituídos de qualquer proteção social ou contratual naquele tipo de organização econômica. A leitura marxista de Prado Júnior sinaliza que essa longa experiência colonial, durando séculos, lapidou negativamente as relações de trabalho no Brasil, fazendo com que a visão escravocrata, que concebe qualquer trabalho corporal como algo inferior, continuasse presente até a contemporaneidade.

O tema da vida material na colônia tendo como cenário o espaço rural e a decorrência negativa da organização do trabalho no Brasil é também abordado na sociologia de Oliveira Viana, na obra *Populações Meridionais do Brasil*, só que de forma profunda e demasiadamente acrítica. No entanto, apesar da forte tônica positivista da sua narrativa, que procura justificar a preponderância do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

tipo rural resultante da “derrota do elemento estrangeiro, representado no fidalgo adventício ou no luso comerciante; triunfo completo do elemento nacional, representado principalmente na alta nobreza fazendeira” (VIANA, 1973, p. 49), assim como a grandiosidade do meio rural que é “um admirável e conformador de almas. Dá-lhes a tempera das grandes virtudes e as modela nas formas mais puras da moralidade” (VIANA, 1973, p. 52); sua abordagem não hesita em desvelar algumas debilidades decorrentes da ação econômica dos senhorios fazendeiros na colônia e da organização laboral.

Ao analisar a atividade econômica efetuada na colônia, Oliveira Viana ressalta que a exitosa independência econômica da grande propriedade, devido a seu efeito simplificador, comprometeu negativamente toda estrutura social das populações rurais, ofuscando o desenvolvimento do comércio que praticamente perde a sua importância na sociedade colonial e dos domínios agrícolas que poderiam impelir a formação de uma classe industrial, já que a produção multiforme da propriedade rural bloqueia essa alternativa:

O primeiro aparelho social, que sofre a influência dessa ação simplificadora é o comércio. Numa sociedade, em que os domínios bastam a si mesmos e compram o mínimo possível de utilidades, o mecanismo comercial não pode deixar de ter uma organização secundária. No período colonial, a forma mais comum de comércio é a mascateação: o mercador luso, hoje fixo nas cidades, é que leva ao interior das fazendas, como o sírio atual, as utilidades fabris, que as fazendas não produzem. O comerciante sedentário não tem quase importância alguma; não é um elemento ponderável em seu meio; não forma uma classe prestigiosa. (...) Em síntese: *com a sua onímoda capacidade produtora, o grande domínio impede a emergência, nos campos, de uma poderosa burguesia comercial, capaz de contrabalançar a hegemonia natural dos grandes feudatários territoriais.* Igualmente, essa mesma capacidade poliforme de produção das fazendas não permite a formação, nas zonas dos grandes domínios agrícolas, de uma classe industrial. Esses pequenos ofícios e essas pequenas indústrias, que surge sempre onde a pequena propriedade condensa a população, carpinteiros, marceneiros, forjadores, ferreiros, serralheiros, tecelões, sapateiros, perdem a sua razão de existir num regime de grande propriedade organizada à maneira nossa.; os que chegam a estabelecer-se nas aldeias e vilas vivem uma vida parasitária e miserável: *com a sua multiplicidade de ofícios e oficinas, o grande domínio agrícola os torna naturalmente invisíveis.* (VIANA, 1973 p. 124-125)

Desse modo, os grandes entraves que resultaram da organização econômica dos grandes proprietários de terras foram: a invisibilidade de um sistema comercial que, por mais que exercesse um papel coadjuvante na economia colonial, tornar-se-ia necessário para um sistema econômico equilibrado que admite a inserção de uma burguesia comercial cuja atuação ameniza o poder da grande empresa fundiária; e o embargo ao surgimento de uma classe industrial, pois o próprio domínio da propriedade agrícola tolhe o desenvolvimento de inúmeros ofícios que poderiam ser estimulados pelas pequenas propriedades.

Sendo assim, a crítica de Viana perante a vida material da colônia, embora não assuma a tônica voraz de Prado Júnior, aponta para outro problema concernente à exploração agrária que repousa no funcionamento organizacional da grande propriedade que se reverberou na evolução econômica da colonização brasileira. Essa análise funcional de Viana que, acentuando o desalento do nosso organicismo colonial em erigir novas formas laborais na sociedade, expressa uma afinidade



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLOGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

com a sociologia positivista de Émile Durkheim, e tal correlação com essa linha sociológica pode ser ratificada na observação que o autor desenvolve acerca da deficiência de alicerçar uma solidariedade contratual na estrutura social da colônia.

Ao invés de analisar a condição desfigurada dos negros escravos no período colonial como faz Caio Prado Júnior prodigiosamente em sua obra, Viana focaliza a ausência de uma solidariedade contratual entre os fazendeiros e os trabalhadores livres que oferecem livremente sua força produtiva, relegando a um segundo plano o papel da escravidão na conjuntura laboral da colônia, uma vez que os grandes proprietários não dependem do operariado livre:

Observemos, por exemplo, a classe dos trabalhadores livres, o numeroso proletariado dos campos. Entre essa classe e a aristocracia senhorial as relações de interdependência e solidariedade não têm permanência nem estabilidade. São frágeis e frouxas. Não se constituem solidamente. (...). O senhorio não precisa, pelo menos até 88, dos trabalhadores livres: tem os escravos. Estes contam-se, às vezes, por centenas nos domínios meridionais. Há perto de trezentos negros na Fazenda de Santa Fé. Os trabalhadores livres, só nos engenhos de açúcar, para os cargos especiais de mestres de açúcar, de feitor-mor, de feitor de moenda, de banqueiro e de contra-banqueiro, é que costumam empregá-los os senhores. Para os trabalhos de carpintaria, marcenaria, alvenaria, recrutam-se, de preferência, nas próprias senzalas, os mais ladinos espécimes da mestiçagem escrava. Daí, nem nos domínios cafeeiros, nem nos engenhos de açúcar, o *senhorio* depender, como o *farmer* saxônio, do operariado livre. Essa dependência, quando se estabelece, não é nem *essencial*, nem *necessária*, nem *permanente*. (VIANA, 1973, p. 126-127)

Como aborda o autor, a colonização ocorrida no Brasil, apesar da dominação lusitana, não propiciou, na sua estrutura social, laços de solidariedade no campo do trabalho onde os interesses materiais das classes sociais entrelaçam relações de completa reciprocidade, conforme se verifica nas sociedades europeias. Por essa razão, o grande senhorio podia dispensar os ofícios técnicos empreendidos pelos trabalhadores livres e substituir tal execução técnica pela mão-de-obra escrava. Com essa análise, pode-se inferir que a sociologia de Viana também prenuncia, sob outra argumentação, o processo de desvalorização do trabalho oriundo da colonização brasileira, pois já se constata o olhar depreciativo das nossas elites diante do trabalho livre e técnico.

Em contrapartida, segundo a visão do autor, a ausência dessa solidariedade laboral suscita o sentido reverso: o trabalhador rural pode viver sem o amparo patronal do fazendeiro devido ao “excesso da terra, a facilidade que tem o proletariado dos campos de colocar-se” (VIANA, 1973, p. 128). Viana chega a essa conclusão tendo em vista o fato de que, em sua época, muitas das terras brasileiras não estavam ainda ocupadas, o que permitia ao trabalhador rural procurar novos lotes de terra em latifúndios vizinhos. Em outras palavras: da mesma forma que o fazendeiro, que era o grande proprietário, não precisava necessariamente o trabalhador braçal por causa da ampla procura, este último também não dependia do fazendeiro, o que indica que os laços de solidariedade contratual eram tipicamente voluntários. Outra observação do autor que cumpre ser salientada deve-se à exiguidade de uma classe média como consequência da forma simplificadora pela qual a estrutura do meio rural foi lapidada:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

Essa simplificação de estrutura da sociedade rural é acentuada por uma das falhas mais graves da nossa organização coletiva: a inexistência de uma classe média, no sentido europeu da expressão. É principalmente na grande propriedade rural, florescente e progressiva, que essa classe tem sua melhor base. Ora, várias causas, umas de natureza econômica, outras de natureza social e jurídica, embaraçam aqui, de mil modos, durante todo o período da nossa evolução histórica, a constituição de uma classe próspera e ativa de pequenos proprietários rurais. (VIANA, 1973, p. 131)

Viana elucida essa observação dando como um dos exemplos a condição dos pequenos proprietários rurais na região do pastoreio, em que a pequena propriedade não encontra condições de vitalidade, uma vez que o funcionamento do regime pastoril não comporta a pequena propriedade: “O regime pastoril é essencialmente centrífugo. É o grande inimigo da pequena propriedade. Onde o criador aparece, os pequenos proprietários recuam e desaparecem” (VIANA, 1973, p. 131). A impossibilidade do pequeno proprietário em estabelecer-se como classe no domínio rural ilustra outro efeito deletério da impotência dessa organização de trabalho que, durante o período colonial, não enrijeceu nenhuma solidariedade entre as classes, permitindo o caráter fragmentário da estrutura social brasileira.

Em suma, por mais divergentes que sejam as leituras de Prado Júnior e de Oliveira Viana perante a organização econômica e laboral do Brasil-colônia, ambas atestam os entraves em torno da produção econômica exercida pelos grandes senhores rurais e as debilidades do ordenamento do trabalho na vida material da colônia, que manteve uma estrutura socioeconômica obsoleta. No próximo tópico dessa análise serão compreendidos os desdobramentos nefastos desse sistema colonial que foi empreendido no meio rural.

OS GRAVES PROBLEMAS SOCIAIS

A concentração monopolista da propriedade da terra configura um dos graves problemas resultantes da estrutura colonial brasileira. Filiando-se a tese que apregoa o modo de produção escravista-colonial como chave fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, Jacob Gorender sustenta que tanto o escravismo colonial quanto o latifúndio pecuário foram dominados pelo setor mercantil. Para o autor, o domínio mercantil que já pode ser verificado no período colonial encontra-se presente na evolução econômica do Brasil e repercute no caráter alodial e alienável que a propriedade assume: “E a propriedade de terra, desde o início da colonização brasileira era alienável, quer dizer, podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos” (GORENDER, 1994, p. 29).

Com o fim da escravidão, a posse da propriedade escrava não era mais primordial para o domínio econômico, pois as atividades rurais baseadas nas plantagens cafeeira e canaveira dispensavam a aquisição de uma mão de obra mais quantitativa. Por conseguinte, segundo Gorender, o fator essencial para o controle econômico passa ser a posse da terra: “o *fundamental para o domínio econômico passou a ser o domínio da terra. A terra passou a ter um preço importante. Dominar a terra passou a significar dominar a própria economia*” (GORENDER, 1994, p.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

31). Trata-se do resultado de uma lógica econômica fundamentada em mudanças proporcionadas pela mercantilização que conta com o papel das elites fundiárias.

Essa transformação da renda da terra em capital agrário propicia a formação do grande latifúndio que gerencia, de acordo com o desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira, uma mudança nas relações de produção e de modos de produção que se concretiza pela força espontânea da acumulação do capital. O próprio Gorender, em relação ao desdobramento capitalista no meio rural, assinala que:

Tal desenvolvimento representa uma mudança de relações de produção, uma mudança de modos de produção, que não pode deixar de decorrer do desenvolvimento patente das forças produtivas e que se efetua pela força espontânea da acumulação de capital (encarnação das forças produtivas materiais crescentes) e da formação amadurecida do mercado capitalista da mão de obra. Com isso, nas regiões mais dinâmicas, certas formas camponesas são eliminadas ou estão em marcha para a completa extinção, sem que fosse preciso intervir qualquer reforma agrária institucional. Pois, dominando o capitalismo já na formação social brasileira, o desenvolvimento capitalista na agricultura conta com todas as condições institucionais necessárias, bastando agora a própria força espontânea de acumulação do capital, ainda mais quando acelerada pelo Estado. Por isso mesmo, nenhum setor da burguesia tem interesse ponderável na reforma agrária (GORENDER, 1994, p. 42-43).

Como podemos observar, a concentração monopolista da propriedade de terra encontra uma perfeita simetria com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tal conjunção é engendrada pelo latifúndio que recebe um forte incentivo do Estado, uma vez que este viabiliza uma política flagrantemente discriminatória que beneficia somente os grandes proprietários residentes em regiões mais poderosas nos aspectos políticos e econômicos. Por conseguinte, o Estado atende aos antigos desígnios das elites rurais brasileiras que puderam se tornar, durante a evolução fundiária do país desde o período colonial, proprietárias de terras alodiais, livres de encargos feudais. É desse modo também que se observa o processo de adaptação e remanejamento entre as elites rurais em diferentes regiões do Brasil.

É propício inserir nessa análise o argumento de Fernando Antonio da Costa Vieira que, em seu livro *Navegando contra a maré: a relação entre o MST e a mídia*, reitera essa tese que vincula a efetivação da classe latifundiária que obtém um monopólio contínuo da terra com a dinâmica própria das relações capitalistas:

A reprodução dessa fração de classe, isto é, dos latifundiários, efetivar-se-ia na medida em que a obtenção da renda absoluta está vinculada ao monopólio da terra. A aparente contradição entre o capitalismo estruturado em torno da livre circulação de mercadorias, bens e mercados, explicitaria as condições históricas fundadoras do sistema capitalista. A integração do campo com a dinâmica capitalista manteve, em parte, a presença da grande propriedade, ao mesmo tempo, em que se procurava intensificar dinâmicas capitalistas no campo (VIEIRA, 2019, p. 21).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLOGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

E quanto ao camponês e ao pequeno proprietário? Conforme assinala Gorender, a pequena exploração camponesa, sendo alijada do processo capitalista e dos créditos que a burguesia rural recebe da política estatal, encontra-se numa condição de perpétuo empobrecimento:

A pequena exploração camponesa (proprietária ou arrendatária) sofre o constante cerceamento do latifúndio, cultiva comumente terras de qualidade inferior e/ou pior localizadas, não desfruta de créditos privilegiados do Estado (ao contrário, geralmente é vítima do capital usuário) é desfavorecida na política de preços mínimos, não dispõe de facilidades de estocagem, não goza de aperfeiçoamentos técnicos. Enfim, está desprovida de tudo que beneficia a grande propriedade fundiária protegida pelo Estado (GORENDER, 1994, p. 50).

A leitura de Jacob Gorender acerca do processo de concentração capitalista da propriedade no espaço rural sinaliza assim duas problemáticas que se repercutem no campo e atingem o coletivo social: a indolência das elites agrárias em acionar uma reforma agrária nos campos e a subsistência de antigas relações coloniais que se reverberam nos ciclos evolutivos do capitalismo na agricultura.

A respeito dessas relações coloniais que se redesenharam no desenvolvimento capitalista de produção no campo, cumpre ressaltar a lógica que foi imputada às relações de trabalho no percurso entre a escravidão e o trabalho assalariado livre a partir do final do século XIX. A abordagem de José de Souza Martins assume uma relevância capital, já que procura elucidar a confusão originária do debate intelectual sobre a transição do feudalismo ao capitalismo recorrendo à fonte de Caio Prado Júnior que, como vimos, já indicava que relações de colonato e de parceria teriam se constituído em variantes de relações capitalistas de produção a fim de satisfazer a exploração rural do grande proprietário cujo exercício deveria ser feito por trabalhadores dependentes sejam eles escravos ou não.

Souza Martins analisa o regime de trabalho que ficou conhecido como regime de colonato, sob o qual durante cerca de um século, até pouco tempo atrás, foi exercido em boa parte do espaço rural. O ponto de partida sugerido pelo autor repousa na superação do trabalho escravo pelo trabalho livre. No entanto, este trabalhador livre encontrava-se ainda atrelado aos antigos meios de produção:

O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas, diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto, se nesse ponto o trabalhador livre se distinguiu do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária. (MARTINS, 1990, p. 12)

O fato da execução do capitalismo brasileiro ter sido definida pela subordinação da produção ao comércio geriu uma contradição no surgimento do trabalho livre que se manifestou, segundo o autor: “na transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil” (MARTINS, 1990, p. 13). Em outras palavras, tratava-se de mudar as relações produtivas no campo para manter a lógica capitalista que se arraigou no período colonial.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

É desse modo que, com a crise do escravismo no final do século XIX, nasce um regime de trabalho singular no Brasil denominado “colonato” que abrangeu tanto a cultura cafeeira quanto a canavial. Porém, uma sociedade assentada nas relações coloniais entre senhor e escravo só poderia produzir efeitos deletérios para o novo tipo de organização de trabalho:

As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre, dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade. (MARTINS, 1990, p. 18).

Esse novo vínculo laboral chamado de colonato não deve ser confundido com as relações de produção efetuadas pelo trabalhador imigrante que concebia sua força produtiva como autônoma e contraposta ao capital, nem com as relações de trabalho assalariado em que o salário é o único meio de remuneração da força de trabalho nos países capitalistas avançados. Para que o colonato legitimasse sua condição de explorado foi necessário que ele se tornasse um trabalhador familiar conforme as engrenagens do grande proprietário.

Com isso, José de Souza Martins levanta a hipótese de que a expansão capitalista “não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (SOUZA MARTINS, 1990, p. 19-20). As novas relações de produção que, ao mesmo tempo, assumiam a feição de trabalho livre e estavam sujeitas aos mecanismos de coerção, evidenciam esse achado. Desse modo, a análise de Souza Martins a respeito da lógica de trabalho que se sucedeu à escravidão reforça a visão marxista de Prado Junior sobre as variações nas relações capitalistas de produção que poderiam ser executadas por diferentes tipos de trabalhadores para suprir a exploração rural. Mas também podemos inserir a leitura de Oliveira Viana que, mesmo não sendo marxista, salienta a falta de uma solidariedade contratual que se assentou na estrutura social brasileira desde a colônia. A ausência desse vínculo só poderia gerar relações desfiguradas no trabalho.

Tais considerações acerca do desdobramento excludente do capitalismo brasileiro que privilegiou o monopólio da propriedade no meio rural suscitam a emergência da reforma agrária. Contudo, o debate acadêmico tem levantado a reticência das elites agrárias no Brasil em introduzir qualquer política social que amenize a condição precária dos pequenos produtores no campo. Jacob Gorender já sinalizava que o desenvolvimento capitalista na agricultura dispõe de todas as regalias institucionais necessárias, devido ao apoio estatal, o que faz com que a grande burguesia rural não tenha interesse na reforma agrária. Em contrapartida, ele defende, ao lado do crédito ao pequeno camponês, que os governos executem “uma linha de da transformação das grandes empresas agrárias, plantacionistas e pecuárias já tecnicamente unificadas, em grandes explorações coletivizadas: cooperativistas ou estatais” (GORENDER, 1994, p. 52-53).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maxmiliano Martins Pinheiro

A abordagem de José Graziano da Silva, por sua vez, dialoga com a de Gorender, reiterando a tese da evolução capitalista da agricultura brasileira em grandes complexos rurais. Focalizando a passagem dos complexos rurais a complexos agroindustriais no desenvolvimento da agricultura brasileira a partir de 1960, o autor assevera que esse processo foi completamente desigual:

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto, tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas. Equipamentos etc., e apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade. Ficaram, portanto, para trás, perderam o bonde. (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 164-165).

Como se observa, a leitura de Graziano da Silva reafirma a de Gorender perante a lógica perversa e excludente do capitalismo brasileiro que concebe a agricultura como uma corrida desigual já que os setores rurais usufruíam de uma maior concentração de renda e de técnicas agrícolas partiram de uma posição bem mais vantajosa que os pequenos produtores. Dissecando melhor o processo capitalista no campo, mais precisamente a partir de 1980, Graziano da Silva aponta três tendências que delineiam esse desdobramento.

Segundo o autor “a primeira tendência, que é na constituição desses complexos agroindustriais, começa a haver e se aprofundar uma integração entre capitais” (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 165). Dessa forma, as diversas conotações do capital, sejam elas de caráter agrário, bancário, industrial; sofrem um processo de entrelaçamento na agricultura. Por isso, a burguesia agrária tornou-se parte da burguesia brasileira, pois entre os maiores proprietários rurais encontram-se também os industriais e os banqueiros.

A segunda tendência, para Graziano da Silva “seria a redução do papel da pequena produção nesse processo de desenvolvimento capitalista” (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 166). Sendo assim, a pequena produção camponesa ou familiar perde sua função como produtora de bens e sua atuação na mão de obra. Por fim, a terceira tendência, resultante da anterior, que surge no início dos anos 1980, por causa da crise econômica, da seca, e de novas culturas mecanizadas “é a redução da sazonalidade do trabalho temporário” (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 168). Isso significa uma diminuição drástica dos picos de demanda de força de trabalho que passaram a exigir cada vez menos a utilização da mão de obra para a produtividade das colheitas.

Com esses novos argumentos, Graziano da Silva conclui, que a reforma agrária não é mais uma prioridade para as elites rurais, ratificando assim a posição de Gorender e pleiteando a atuação política dos trabalhadores rurais como atores principais desse novo processo que não deve sucumbir às necessidades intrínsecas do grande capital:

Minha posição é que a reforma agrária, do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo, não é mais uma necessidade, seja para a burguesia, seja para as classes produtoras. Isso não quer dizer que ela não seja uma possibilidade. Quer dizer apenas que a reforma agrária hoje, na década de 1980, é uma necessidade dos trabalhadores rurais, não mais do patronato brasileiro. Se houver reforma agrária, ela será feita pela luta dos trabalhadores, não mais por uma necessidade intrínseca



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLOGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

do desenvolvimento capitalista. *A possibilidade de essa reforma agrária ser feita de uma forma massiva* me parece prender-se exatamente à correlação de forças entre o conflito capital trabalho no campo brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 169).

Além dessa emergência dos pequenos produtores rurais se organizarem suas forças na luta política para a consolidação da reforma agrária, o autor sinaliza outro problema social decorrente do desenvolvimento da agricultura brasileira que se efetuou pela passagem dos complexos rurais aos agroindustriais. Tal mudança acarretou o desmedido incentivo à industrialização de produtos alimentícios que comprometeu a dinâmica agrícola da pequena produção baseada na circulação dos produtos naturais:

A pequena produção perde também o seu papel produtivo não só porque houve uma concentração da produção, fruto desse desenvolvimento capitalista, mas porque uma série de produtos de consumo típico da população brasileira vem caindo rapidamente ao longo do tempo. Então, por exemplo, o consumo de feijão, mandioca, produtos típicos, consumo de abóbora etc., vem caindo rapidamente por força de um processo de urbanização e mudança dos padrões alimentares brasileiros. As pesquisas de custo de vida mostram que quem alimenta o cidadão brasileiro não é mais a agricultura; é a indústria de produtos alimentícios (GRAZIANO DA SILVA, 2013, p. 167).

Consequentemente, a ação monopolista da agroindústria que reifica produtos naturais, como verduras e frutas, em produtos industrializados para o consumo nas grandes metrópoles urbanas, corrobora com inoperância da pequena produção em relação ao protagonismo dos complexos industriais que tendem a se proliferar no desdobramento capitalista da agricultura e com o fenômeno da urbanização desenfreada nas cidades. Isso compromete fundamentalmente a força de trabalho dos pequenos agricultores.

Mesmo com o processo constituinte dos anos 1980 que incidiu na criação da Constituição de 1988, as elites constituídas por latifundiários, banqueiros e industriais, patenteiam um mimetismo político que permitiu às oligarquias agrárias uma forte penetração na ala conservadora do PMDB, que era o partido do governo José Sarney, intervindo nos debates sobre a agricultura e reforçando as teses refratárias a avanços no campo da reforma agrária e das condições dos pequenos agricultores (BURSZTYN, 1990). Com tal composição, conservadora e fisiológica, nesse ambiente constituinte, não seria difícil bloquear as propostas reformistas relativas à regulação fundiária e à reforma agrária na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88, mantendo a imensa desigualdade entre as elites rurais, que contava com os industriais e os banqueiros, e os pequenos produtores do campo.

Para encerrar essa seção, cumpre salientar que os problemas sociais abordados acima, desde a concentração capitalista da propriedade ao surgimento do complexo agroindustrial que se vale da tecnologia de ponta afetam drasticamente as pequenas e médias propriedades rurais, possibilitando a expulsão dos camponeses de suas terras, como assevera Fernando Antonio da Costa Vieira:

Tal processo desestruturou as pequenas e médias propriedades rurais e, em especial, os camponeses foreiros que perdem a sua moradia, acelerando o processo de assalariamento camponês que se iniciara nos anos 50 com a expulsão de colonos da terra, liberando essa parcela da terra, até então presa ao



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

cultivo do próprio alimento, para a produção de mercadorias. Essa nova realidade expressou menos uma mudança no processo de trabalho, e mais, o impacto da elevação do preço da terra e da renda fundiária (VIEIRA, 2019, p. 25).

Por essa razão, podemos inferir que o problema rural repercute diretamente no espaço urbano intensificando sua saturação, visto que muitos dos colonos banidos de suas terras, ao tentarem a sorte nas capitais metropolitanas, deparam com a exclusão e o desemprego, que leva muitas vezes ao recrudescimento da violência nas cidades. Sem contar com a questão da moradia no espaço urbano, pois o êxodo de muitos trabalhadores rurais para essas capitais propiciou o crescimento urbano desordenado nas grandes cidades.

Em suma, as análises de Gorender, Souza Martins e Graziano da Silva, abordando os problemas sociais decorrentes da concentração capitalista da propriedade fundiária, reforçam que a velha estrutura oligárquica do latifúndio não só sobreviveu, mas também assumiu roupagens mais modernas a fim de atender as demandas da expansão industrial. Dessa forma, as elites rurais brasileiras conseguiram manter a concentração da propriedade com o auxílio do Estado dinamizando a produção nos campos; redefiniram as antigas relações laborais mantendo a subalternidade e a exploração dos trabalhadores sob a aparência do “trabalho livre”; e se consolidaram nos complexos agroindustriais vinculando-se à burguesia brasileira.

A INGERÊNCIA POLÍTICA NOS GOVERNOS

Uma vez observados alguns problemas sociais resultantes do papel excludente e dominador das elites rurais brasileiras, a tarefa agora é abordar a ingerência dessa mesma burguesia nas políticas agrárias de governos passados em consonância com a fragilidade do Estado brasileiro em solidificar projetos sociais. Posto que seja muito extenuante elaborar uma análise histórica de toda república a respeito da questão agrária, delimitamos essa abordagem de acordo com o período da redemocratização do Brasil (1946-1964), a partir de Getúlio Vargas e destacando o governo de João Goulart, cujos acontecimentos marcaram muito a literatura do problema fundiário.

Antes de adentrarmos na abordagem sobre os governos que sucederam a institucionalização democrática de 1946, torna-se necessário considerar a conjuntura sócio-política desse contexto histórico, marcado pelas buscas de novos mecanismos de legitimação do Estado burguês que procurava articular um jogo de alianças entre os grupos tradicionais de poder local e as necessidades das classes populares. Para Marcel Bursztyn, o período republicano nascido em 1946, ainda promove o antigo pacto agroindustrial das elites com o controle da classe operária, oriundo da Era Vargas:

A institucionalização democrática de 1946 manifesta a persistência da aliança agroindustrial bem como dos mecanismos de controle da classe operária, característicos do governo Vargas. A constituição de 1946 tem um caráter ambíguo: ao mesmo tempo em que busca ter uma aparência democrática, ela é a expressão do autoritarismo da aliança das classes no poder. É assim que, o artigo 141, previa a justa distribuição de terras, com as mesmas oportunidades para todos, com a possibilidade de expropriação por razões de interesse social. Mas este artigo constitucional estava condenado ao esquecimento. (BURSZTYN, 1990, p. 65-66).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maxmiliano Martins Pinheiro

Com efeito, essa aliança classista que conjugava os interesses econômicos das elites dominantes com a entrada de cena dos segmentos populares, atentando também o surto industrial do Brasil que crescia ininterruptamente desde a década de 30, repercutiu no cenário político desse período de redemocratização iniciado em 1946, propiciando uma configuração ideológica nos partidos que surgiram. Na obra *O populismo na política brasileira*, Francisco Weffort assinala que tanto o PSD (Partido Social Democrático) quanto o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), criados por grupos getulistas, figuravam os interesses das classes sociais em disputa:

O sistema partidário, por outro lado, tem bases nos dois agrupamentos (PSD e PTB) criados por Getúlio e, em grande medida dependentes de seu prestígio pessoal; nasceu, ao fim da ditadura, como expressão do compromisso que deu sustentação a esta: o primeiro deveria dar expressão política aos setores conservadores vinculados à atividade agrária e consegue, com efeito, manter por muitos anos, à base política de clientela, o domínio das áreas rurais; o segundo deveria dar expressão às massas trabalhadoras urbanas. Nascidos do poder, e a ele sempre vinculados (com exceção dos seis meses de Jânio), estes dois partidos convertem-se, particularmente o PSD, em partidos de patronagem (WEFFORT, 1989, p. 53).

Enquanto o PTB representava o corporativismo da estrutura sindical criada desde os governos getulistas anteriores, o PSD incorporava a expressão política das elites rurais e das interventorias ligadas a Vargas. Com o tempo, as eleições regulares passam a ser acompanhadas com interesse pela população cujos segmentos sociais se identificavam com determinado partido, inclusive com o de oposição majoritária, a UDN (União Democrática Nacional). Entretanto, segundo Weffort, o quadro político geral continuava ser o do populismo e as classes dominantes mostravam-se avessas às reformas sociais:

Do ponto de vista de uma política de desenvolvimento industrial nacional, como do ponto de vista do processo de democratização social e política, as reformas de estrutura apresentavam-se como essenciais. Contudo, nenhum dos grupos dominantes se mostrava capaz de oferecer os suportes indispensáveis a uma política de reformas, ainda quando se possa admitir que alguns deles pudessem tirar proveito dela. Todos se voltavam para o Estado e, mais uma vez, as massas populares apareciam como a grande força social capaz de proporcionar bases a essa política e ao próprio Estado (WEFFORT, 1989, p. 77).

Portanto, a institucionalização democrática que surge após o Estado Novo (1937-37), já sinaliza uma fragilidade na sua configuração estrutural, posto que a dominação política dos setores agroindustriais ainda era fortemente sentida naquela conjuntura. Tal proeminência das elites no processo democrático pós-1945 incide diretamente na atuação dos governos sucessivos perante a questão agrária.

O governo de Getúlio Vargas, que foi interrompido em 1954, estando ancorado num programa de desenvolvimento nacional diante dos sistemas políticos e econômicos mundiais, não realiza nenhuma mudança substancial na política agrária. Na verdade, Vargas nomeia, para ocupar a pasta da Agricultura, o usineiro udenista João Cleofas de Oliveira para remediar atritos maiores com a UDN que nunca lhe deixou de fazer cerrada oposição. No que tange à política agrária, a única inovação do governo Vargas, segundo Lira Neto, foi a criação de um plano de modernização que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

agregava diversos setores nacionais: “O Plano Nacional de Reparcelamento Econômico – ou simplesmente Plano Lafer – previa desde projetos de criação de novas fontes de energia à introdução das técnicas de agricultura mecanizada, da modernização do transporte ferroviário à ampliação do parque industrial brasileiro” (NETO, 2014, p. 215).

Já o governo de Juscelino Kubitschek (1955-60), por sua vez, se destaca pela implantação de um planejamento sistemático, consubstanciado no Plano de Metas, pela abertura da economia ao capital estrangeiro com o suporte das forças nacionalistas, pela construção de Brasília e pela construção da SUDENE. Apesar dessas inovações, o governo Kubitschek desenvolveu uma política deliberadamente conservadora à questão agrária, permitindo a concentração monopolista das elites rurais nos campos, representadas pelo partido do presidente, o PSD, cada vez mais centralizador, e forças conservadoras da UDN, como assinala Maria Victoria de Mesquita Benevides:

Mas é evidente que o PSD também tinha interesse no Programa de Metas. O partido não era apenas um reduto da oligarquia rural, mas contava com um importante grupo da burguesia “progressista”, diretamente beneficiada pelo aumento do parque industrial. E quanto aos interesses rurais, a “neutralidade” do Programa foi a norma durante todo o período: a política de dominação do campo permaneceu intocável, o que favorecia não apenas o PSD, como a UDN. O Serviço Social Rural, cujo projeto foi aprovado e transformado em lei ainda em 1955, não afetava a estrutura da propriedade e as relações de produção dominantes no campo (BENEVIDES, 1976, p. 219)

Quando se encerra a vigência do Plano de Metas, a estrutura industrial brasileira atinge um nível de forte complexidade industrial, com uma considerável internacionalização da nossa economia e com melhorias nas condições de vida da população urbana devido ao aumento real do salário. Todavia, o fim do mandato de Kubitschek já evidenciava sinais de crise econômica, como assevera Marcel Bursztyn:

... as grandes obras acarretavam uma enorme elevação da dívida externa, cuja conta começava a aparecer, a taxa de inflação crescia; e o nível de salário real baixava. Tais aspectos marcam enormemente a vida social, econômica, e política do país, nos anos seguintes. (BURSZTYN, 1990, p. 69).

É no bojo desse contexto conturbado da economia brasileira, que Jânio Quadros assume a sucessão presidencial, em 1961, engendrando uma manobra populista em seu favor. Oriundo do PTN, partido com pouca expressividade no âmbito eleitoral da época, Jânio associa-se com a UDN, que perdera três eleições subsequentes e estava ávida para chegar ao poder. Com seu estilo excêntrico e dinamizando a forma da campanha presidencial, Jânio vence as eleições de 1960, com o apoio da UDN, mas logo no início do mandato, em 1961, comporta-se de modo contrário ao esperado por esse partido.

Durante o curto tempo de seu governo, que deflagrou em sua renúncia meses depois, Jânio recusou alianças com políticos clientelistas tradicionais e iniciou uma orientação governamental primando o desenvolvimento econômico nacional e as mudanças sócio-políticas. O contexto político



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

do seu governo suscitou indiretamente debates sociais, incluindo o da reforma agrária. Segundo Bursztyn:

O panorama político era, então, de polarização entre duas linhas antagônicas, ainda que nenhuma delas tivesse caráter revolucionário: uma delas preconizava um desenvolvimento capitalista baseado nos interesses dos grandes grupos econômicos associados ao capital internacional; a outra, pregava um desenvolvimento capitalista, mas com algumas restrições aos interesses de determinadas setores das classes dominantes, notadamente no que dizia respeito à pregação de uma reforma agrária (BURSZTYN, 1990, p. 70).

Como Jânio não entrançou uma base de legitimação para o seu mandato, desagradando tanto as forças que o apoiaram como o setor militar, renunciou. Por conseguinte, o governo de João Goulart (1961-64), que foi vice de Jânio, nasceu nessa conjuntura conturbada que se agravava com a iminência de um golpe de estado pelas forças de oposição. Em relação ao problema agrário brasileiro, este teve que ser assumido com afinco devido às circunstâncias da época, que propiciaram que o padrão organizacional do setor agrário se conjugasse com o estilo internacionalista de desenvolvimento econômico. Tal dependência estrutural não significava que os antagonismos entre o campo e a cidade estavam eliminados, muito menos aqueles vinculados à política agrária.

Em sua obra magistral *O colapso do populismo no Brasil*, Octavio Ianni analisa a atmosfera política do Congresso Nacional, durante o governo Jango, que após a promulgação do “Estatuto do Trabalhador Rural”, em 1963, que suscitou debates não só nos poderes executivo e representativo, mas na própria imprensa, diante de duas posições para a efetivação da reforma agrária. A primeira delas, *a reforma agrária como técnica de socialização do processo produtivo*, de caráter reformista, postulava a desagregação da grande propriedade para socializar a produção:

Esta interpretação implica a adoção do parcelamento da propriedade latifundiária, como instrumento “revolucionário”, pois que quebraria ou reduziria o poder dos grandes proprietários nas regiões mais arcaicas. Essa posição não se interessa pelo outro lado da proposta, que implicaria a criação de grandes contingentes de pequenos proprietários. No primeiro momento, eles são “revolucionários”, em suas lutas pela posse da terra e o enfraquecimento do poder econômico e político dos latifundiários. Mas no segundo momento serão inevitavelmente conservadores, devido à relação de propriedade que substitui a anterior. A posse da terra esgotará as motivações políticas anteriores. Trata-se de uma proposição típica do socialismo reformista. Ela está apoiada no pressuposto de que a estatização crescente da economia, e certos tipos de reformas sociais poderiam conduzir o país a uma organização econômica e política socialista. (IANNI, 1994, p. 47)

No caso da segunda posição, *a reforma agrária como técnica de racionalização da economia agrícola*, procura-se modernizar as relações de trabalho, contornando os conflitos nas atividades produtivas; e amplificar o mercado interno para a indústria:

Neste caso, o que se busca é a “modernização” das relações de trabalho, como o abandono dos padrões espoliativos tradicionais, simbolizados no “vale”, no “barracão”, na violência física, etc. Pretende-se alterar as condições de tensão e conflito nas relações de produção. Associado a este objetivo, pretende-se que a reforma agrária propicie a ampliação do mercado interno para o setor industrial. Aliás, esses dois alvos (relações de produção formalizadas e mercado interno afetivo) podem ser alcançados assim que o *Estatuto do Trabalhador Rural* for



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

aplicado. Nesse sentido, a reordenação dos fatores da produção, com o objetivo de aumentar a produtividade da empresa agrícola, não depende exclusivamente da reforma agrária (IANNI, 1994, p. 47)

Com essas proposições acima, evidencia-se que as discussões acerca da emergência da reforma agrária para resolver problemas fundiários antigos despertavam tensões não apenas entre os grupos mais conservadores, mas também entre segmentos da esquerda. Outra constatação é que as propostas em torno da efetivação da política agrária, por mais diferentes que fossem, traziam em si um viés conservador. O próprio Ianni salienta que a questão agrária era colocada numa perspectiva política e pragmática, que não promovia mudanças radicais: “Enfim, propunham-se rupturas mais ou menos drásticas com a “sociedade tradicional”, essencialmente colonial, sem as correspondentes rupturas necessárias e correlatas no âmbito das relações externas” (IANNI, 1994, p. 49).

O programa de reforma agrária do governo Jango ancorava-se em modificações sobre a questão rural na Constituição de 1946 e no “Estatuto do Trabalhador Rural”. Cássio Silva Moreira assevera que a reforma agrária era vista como meio de ascender socialmente uma parcela excluída da população brasileira e, portanto, exigia a reformulação da constituição mencionada:

A forma de realizá-la requeria a reformulação da Constituição da República de 1946, com a inclusão dos seguintes preceitos: 1) ficariam suprimidas, no texto do parágrafo 16 do art. 141, a palavra “prévia” e a expressão “em dinheiro”, 2) o art. 147 da constituição federal passaria a ter a seguinte redação: a) o uso da propriedade é condicionado ao bem-estar-social; e b) a União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer. O governo entendia que era fundamental a modificação desse artigo para a concretização da Reforma Agrária e, assim, multiplicar o número de proprietários (MOREIRA, 2014, p. 280).

Sendo assim, o governo Jango incrustou um sentido social na Constituição de 1946 a fim de firmar o entrelaçamento entre o direito de propriedade com o bem-estar-social, conforme a proteção social do Estado. A política agrária valeu-se também dessa reformulação constitucional para orientar a produtividade da atividade agrícola mediante os processos de industrialização e urbanização das cidades. Segundo o mesmo autor:

Em primeiro lugar, a agricultura deveria disponibilizar mão de obra para as atividades industriais. Em segundo lugar, caberia a ela suprir os centros urbanos com os gêneros alimentícios. Em terceiro, gerar produção excedente para a exportação. Em quarto, propiciar recursos suficientes para a compra no exterior de equipamentos e matérias-primas para a indústria nacional (MOREIRA, 2014, p. 280).

Esta foi uma das saídas encontradas por João Goulart para amenizar os antagonismos entre o setor agrário e o industrial. Em relação ao Estatuto do Trabalhador Rural, esta lei estabelecia relações trabalhistas no campo, conforme a consolidação no meio urbano. Moreira assinala que, em 1963, o governo solicitou uma delegação legislativa com várias diretrizes diante da questão agrária, determinando: “a) criar o estatuto do trabalhador rural; b) disciplinar os arrendamentos rurais; c)



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

regulamentar do dispositivo constitucional sobre a desapropriação por interesse social; d) criar órgão executor da política de reforma agrária” (MOREIRA, 2014, p. 283). Obviamente, estava inserida a expansão da legislação trabalhista ao meio rural que requeria carteira profissional, jornada de trabalho, remuneração, férias, repouso semanal, estabilidade, segurança do trabalho, entre outras demandas.

Todas essas iniciativas suscitaram o ódio e a truculência das elites e das classes médias urbanas contra o governo de João Goulart. Moniz Bandeira ratifica as teses de Octávio Ianni e Cássio Silva Moreira, indicando que a reforma agrária proposta por Jango não visava ao socialismo, mas viabilizar o capitalismo, ampliando o mercado interno e a indústria nacional, e atribuindo uma acepção social ao princípio da propriedade. Contudo, segundo Bandeira, como essa reorientação da produção agrícola rechaçou o caráter colonial da lavoura brasileira, gerenciada pela nossa retardatária burguesia rural, Jango teve que enfrentar os latifundiários e a burguesia comercial:

A tentativa de reorientar a produção para o abastecimento do mercado interno, combatendo fatores de inflação, liquidaria o remanescente caráter colonial da lavoura brasileira, voltada predominantemente para a exportação, e afetaria os interesses tanto dos latifundiários como da grande burguesia comercial e do próprio imperialismo norte-americano. Não se tratava de demagogia. Ninguém faz populismo às custas do direito de propriedade, o único direito inviolável das classes dominantes. E Goulart o feriu. Mostrara sua disposição de promover a reforma agrária, de qualquer maneira, ao decretar, juntamente com a encampação de refinarias, a desapropriação das terras situadas às margens das rodovias e dos açudes públicos federais. Para tanto saíra à praça, levava o governo às ruas, ao encontro dos trabalhadores. (BANDEIRA, 1983, p. 165)

Podemos inferir que Jango, além de direcionar a atividade produtiva para o mercado interno brasileiro e acionar a política da reforma agrária, desapropriando terras improdutivas e encampando refinarias, mostrava o caráter democrático do seu perfil executivo, conduzindo o debate à população. Obviamente essa postura impulsionou revolta tanto das classes conservadoras como dos próprios partidos. Segundo Bandeira:

O conflito de classes se acentuava, dia a dia, tanto nos campos como nas cidades. A inquietação social incumbia-se de polarizar a luta, empurrando as forças partidárias para seus respectivos leitos políticos. O PSD, com raízes predominantemente no latifúndio, tendia a acompanhar seu aliado ideológico natural, a UDN, partido mais expressivo da burguesia cosmopolita e da oligarquia financeira, rompendo com o PTB e com o esquema getulista de conciliação de classes (BANDERIA, 1983, p. 57) .

O fim da aliança com o PSD, refratário à reforma agrária, ainda mais após a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), figurava a erosão da conciliação política engendrada por Vargas entre as elites e as classes populares, deixando o PTB praticamente sozinho nas disputas das questões agrárias. Com a intensificação dos movimentos de esquerda, das organizações sindicais, das Ligas Camponesas, que pressionavam a reforma, realizando inclusive ocupações de terras, os segmentos conservadores se acentuaram ainda mais, conduzindo a adesão do setor civil:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLÓGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

A agitação contra Goulart então recrudescceu. Conflitos irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocados pelos grupos de direita. E, enquanto a UDN, parte do PSD e outros partidos menores reclamavam o *impeachment* de Goulart, entidades financiadas pela CIA e pelo empresariado, como a Campanha da Mulher Democrática (CAMDE), Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e outras, articularam a realização, nas principais cidades do país, das chamadas *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, a fim de atizar a fúria anticomunista das classes médias (BANDERIRA, 1983, p. 166).

Apesar do golpe de 1964, as iniciativas políticas do governo de Goulart para a reforma agrária desvelaram desdobramentos importantes para o mundo rural, antes ignorado, e consolidaram novas categorias de percepção da realidade do campo, produzindo novos esquemas institucionais, projetos e dispositivos legais que marcaram a política brasileira em relação ao problema agrário.

Tendo em vista o caráter profundamente repressivo da ditadura civil-militar que durou até 1985, a questão agrária só adquire uma efervescência nos anos 1980, embora tenham ocorrido manifestações de alguns movimentos sociais voltados para o problema do campo na década de 1970. O MST (Movimento dos Sem Terra), por exemplo, foi observado em 1979, e em 1975, surge a Comissão Pastoral da Terra, ligada a setores da igreja católica, e conseqüentemente recebe apoio das Comunidades Eclesiais de Base, que almejavam a estruturação de um movimento nacional como um caminho para enfrentar a repressão e forçar as autoridades estatais à negociação (VIEIRA, 2019). Como a década de oitenta encontrava-se ainda agonizada pelo regime ditatorial e simultaneamente inclinada para a reabertura democrática, esses movimentos sociais lograram melhor visibilidade em suas causas.

MÉTODO

De acordo com o seu desdobramento, o presente artigo utilizou uma metodologia qualitativa, uma vez que recorreu às fontes históricas, sociológicas e das ciências políticas. As obras de Caio Prado Junior e Oliveira Viana foram fundamentais para abordar a origem do problema agrário brasileiro, visto que suas teorias sociais descortinam um forte caráter histórico porque ressaltam o sentido da colonização na nossa vocação econômica e social. No tocante às conseqüências sociais decorrentes da deformidade fundiária no Brasil, as obras de José Graziano da Silva, Jacob Gorender e José de Souza Martins foram imprescindíveis para ressaltar a concentração da propriedade, a expansão capitalista no campo com os grandes complexos agroindustriais, e o desinteresse das elites brasileiras pela reforma agrária. Por fim, as abordagens de Marcel Bursztyn, Moniz Bandeira, Francisco Weffort, e Cássio Silva Moreira foram fundamentais na análise a despeito do poder político das elites rurais na política brasileira, considerando suas ingerências na formação dos partidos políticos e nos próprios governos durante a redemocratização entre 1946 até 1964. Tais interferências tinham como meta suplantar as diretrizes sociais que contemplavam o problema fundiário brasileiro. Espera-se que esse percurso metodológico tenha atingido o objetivo central dessa análise que se propôs apresentar sucintamente a questão agrária no Brasil.



CONSIDERAÇÕES

Conforme o desdobramento dessa análise, podemos concluir que a organização econômica durante o período colonial brasileiro foi preponderante para a consolidação das elites rurais brasileiras como grupos que conseguiram concentrar boa parte da propriedade agrária, recrudescendo a desigualdade social, e perpetuando sua hegemonia nas relações econômicas. Com efeito, a organização econômica do Brasil-colônia atesta a reificação de um sistema colonial que apenas atendia a exportação de produtos para a metrópole, impedindo que a grande propriedade consolidasse uma autonomia na sua infraestrutura, com outras inclinações econômicas voltadas para o comércio e a indústria; assim como o arraigamento de um modo laboral de contrato que desfigurava substancialmente o trabalho humano, enrijecendo uma prerrogativa escravocrata que tornava qualquer trabalho físico uma aptidão totalmente inferior. Destarte, verifica-se uma vocação econômica flagrantemente obsoleta, refratária a iniciativas mais dinâmicas na economia que além de fomentar as disparidades sociais entre as classes, beneficiando as elites rurais, impediu a formação de solidariedades no trabalho.

Entre os problemas sociais decorrentes do sentido colonial da organização da forma econômica que sedimentou as elites rurais, destacam-se: a concentração monopolizadora da propriedade, a resignificação das antigas relações laborais entre os proprietários e os camponeses sob o rótulo do “trabalho livre”, e a constituição dos complexos agroindustriais que tornou ainda pior a condição da pequena produção agrícola. Desse modo, o poder monopolista do latifundiário resultou da reificação da renda da terra em capital agrário que propiciou a formação do grande latifúndio, já que o domínio do campo tornou-se sinônimo do domínio econômico. Quanto ao malabarismo das antigas relações contratuais, pode-se constatar que o “trabalho livre” dos trabalhadores rurais encontrava-se arraigado nos antigos meios de produção já que essas novas relações produtivas, mesmo alicerçadas no trabalho livre, descortinavam nos mecanismos de coerção, tornando a força produtiva do trabalhador sujeita à exploração do proprietário e legitimada pelo próprio trabalhador que, durante longa data, considerou o sistema do colonato como “trabalho autônomo”. Por fim, a formação dos complexos agroindustriais ratificou o nefasto gerenciamento estatal que privilegiava somente as elites rurais em detrimento dos pequenos proprietários, e propiciou que essa elite agrária incorporasse a burguesia brasileira com os industriais e os banqueiros. Tal passagem dos complexos industriais aos agroindustriais no exercício progressivo da agricultura brasileira desmotivou a reforma agrária, assegurando o poder das elites agrárias na concentração de renda e das técnicas modernas, e motivando industrialização de produtos alimentícios que prejudicou a pequena produção dos camponeses voltada para a circulação dos produtos naturais do campo.

Na esfera política, o problema agrário brasileiro se reverberou na ingerência dos setores conservadores fundiários no processo democrático, de acordo com o recorte temporal sugerido nesta abordagem, que compreende o período de redemocratização iniciado em 1945 e encerrado com o golpe de 1964, interferindo diretamente nas políticas governamentais. De fato, a própria constituição do PSD que contava com a participação das elites agrárias e as tímidas iniciativas dos governos de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E SOCIOLOGICA
Maximiliano Martins Pinheiro

Vargas e, principalmente, de Kubitschek, evidenciaram que esses segmentos conservadores adentravam não só nas tomadas das decisões governamentais, mas na própria formação partidária que deveria seguir critérios mais democráticos. Como foi observado, o enfrentamento do problema agrário acabou sendo a tarefa do governo Jango que, diante das reivindicações dos movimentos camponeses da época, teve que viabilizar dispositivos legais que contemplavam os direitos dos trabalhadores rurais, por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, criar agências sociais como a SUPRA, negociar com as Ligas Camponesas e outras organizações sindicais, e iniciar a reforma agrária. Embora a reforma agrária tenha sido criada para dinamizar o capitalismo, ampliando o mercado interno e a indústria nacional, as elites agrárias conceberam essas iniciativas como afrontas aos seus interesses, rompendo com o pacto sócio-político, configurado através da aliança partidária entre o PSD e o PTB, que forjava uma harmonia entre as classes dominantes e trabalhadoras. Com a ditadura civil-militar inaugurada, as novas percepções da condição rural, assim como os movimentos sociais de trabalhadores rurais, só conseguiram merecida visibilidade no final dos anos 1970.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BURSZTYN, Marcel. **O País das Alianças**: Elites e Continuísmo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990 .

GORENDER, Jacob. "Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro". *In*: STÉDILE, João Pedro (coordenador). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994, p. 19-53.

GRAZIANO DA SILVA, José. "O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária". *In*: STÉDILE, João Pedro (coordenador). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994, p. 163- 170.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart**: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Porto Alegre: Sulina, 2014.

NETO, Lira. **Getúlio**: Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil – volume I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. **Navegando contra a maré**: a relação entre o MST e a mídia. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.